

CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DA PARAÍBA – CORE/PB

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 1/2023



ASSISTENTE JURÍDICO

Tarde

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

CARGO: ASSISTENTE JURÍDICO**CONHECIMENTOS BÁSICOS****LÍNGUA PORTUGUESA****Os desafios impostos pelo crescimento populacional em ritmo mais lento**

A situação revelada pelo novo Censo pode se converter em oportunidade.

Durante o século XX, o Brasil se consolidou como um país de famílias numerosas e gente jovem em profusão, com maternidades sempre cheias e abundância de braços para abastecer o mercado de trabalho, que floresceu de mãos dadas com um acelerado processo de urbanização. Mas a passagem do tempo vem chacoalhando os pilares demográficos e trazendo ao país um cenário de profundas transformações, tal qual ocorre nas nações mais desenvolvidas. A constante diminuição dos nascimentos, aliada ao avanço dos idosos, confere à sociedade uma nova face e planta complexos desafios no horizonte. O primeiro deles, impensável meio século atrás, é como perseguir a prosperidade quando a população cresce cada vez mais vagarosamente e caminha para o encolhimento no médio prazo, segundo mostra o recém-divulgado Censo, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O tão aguardado levantamento, que veio à luz com dois anos de atraso, indica que o país atingiu a marca de 203,1 milhões de habitantes, apenas 12 milhões a mais do que na última aferição, em 2010. O que mais chama a atenção é o lento ritmo de expansão do contingente — 0,52% ao ano em uma década, um recorde negativo. Desde 1872, data da pioneira pesquisa censitária no Brasil, ainda na era imperial, até os dias de hoje, nunca a velocidade de aumento populacional havia sido tão arrastada. Os números causaram espanto aos especialistas — projeções estimavam mais 10 milhões de pessoas além da atual contagem. “O país está envelhecendo mais rapidamente do que se sabia e, para embalar sua economia, precisará registrar ganhos de produtividade, destravando freios ao crescimento e investindo em educação”, diz o demógrafo José Eustáquio Alves.

Que uma transição demográfica está em curso acelerado não há dúvida. Mas os estudiosos lançam sobre as estatísticas saídas do forno do IBGE um ponto de interrogação quanto a sua precisão. Essa foi, de fato, uma rodada cercada de fatos atípicos, pelo menos 1 milhão se recusaram a receber os funcionários do instituto. Mesmo que esse conjunto de fatores tenha influenciado o resultado final (alguns demógrafos sérios calculam a população em 207 milhões, 2% a mais que o divulgado), há unanimidade sobre a direção para a qual o Brasil anda: é uma nação que, inevitavelmente, logo percorrerá a trilha da redução populacional.

Historicamente, a população só fazia engordar até chegar ao ápice, nos anos de 1950. A partir daí, foi gradativamente perdendo impulso. O movimento é, em parte, um retrato de mudanças relevantes na sociedade, como o adiamento dos casamentos e o maciço ingresso das mulheres no mercado de trabalho, o que se refletiu na queda do número de filhos.

Questões conjunturais também contribuíram para as transformações, entre elas o quadro de baixo crescimento econômico — outro desestímulo à maternidade e um empurrão à emigração. Na última década, pulou de 1,9 milhão para 4,2 milhões o número de brasileiros vivendo fora, mais uma marca inédita. “Também o zika vírus e a pandemia derrubaram a natalidade e fizeram a mortalidade subir”, observa José Eustáquio.

Com tudo isso, a bem-vinda janela do bônus demográfico, que se abre quando o número de pessoas em idade ativa supera o de crianças e idosos, deve se fechar por volta de 2035, uma década antes do esperado. Nenhum país conta para sempre com *superavit* de jovens, mas o problema no Brasil é que eles mingüaram sem que a economia tenha se beneficiado como poderia. Nação mais envelhecida do planeta, o Japão, por exemplo, escalou a um patamar de renda alto antes de acumular cabeças brancas. “Aqui, estamos envelhecendo antes de ficarmos ricos, mas ainda temos pela frente uns dez anos de bônus demográfico, e eles precisam ser bem aproveitados”, afirma o economista Mailson da Nóbrega.

A equação para isso envolve a superação de velhos gargalos, como desemperrar a burocracia, desenrolar o sistema tributário, investir para valer em infraestrutura e dar graúdos estímulos à inovação. Em paralelo, é mandatório canalizar esforços para prover boa educação, trilha conhecida para alcançar os tais ganhos de produtividade, fazendo mais com menos gente — esse um mantra dos tempos atuais já vastamente abraçado pelos envelhecidos países da OCDE, o grupo dos mais desenvolvidos.

O panorama agora traçado pelo Censo enfatiza o sentido de urgência de tais medidas. Pela primeira vez, oito entre os vinte municípios mais populosos retrocederam em habitantes. Ao todo, 864 cidades devem perder população — um tremendo vespeiro, uma vez que a distribuição de verbas federais é proporcional ao número de residentes.

Além do envelhecimento de suas pirâmides etárias, essas cidades vêm registrando pouco dinamismo na economia, com fuga de empresas para regiões mais efervescentes. “O que mantém a população em determinado lugar é a possibilidade de se inserir na cadeia produtiva. Do contrário, há migração”, afirma o demógrafo Roberto Carmo, da Unicamp. O levantamento do IBGE também sinaliza para transformações que repercutem no campo da sociologia: há 34% mais lares onde vive uma única pessoa, reflexo do adiamento nos casamentos e do aumento da longevidade “Preferi me dedicar à carreira a casar cedo”, relata a cabeleireira Paloma Malta, de São Paulo.

O quadro pintado pelo IBGE não destoa da parcela mais abastada do planeta. Entre os mais ricos, como os Estados Unidos e países da União Europeia, a fecundidade média é de 1,6 filho por mulher (*versus* 1,7 no Brasil) — menor, portanto, do que a taxa de reposição, de 2,1 filhos por casal, necessária para evitar o declínio populacional. O escasseamento de nascimentos em contraste ao volume de idosos já trazem consequências, entre elas o estrangulamento dos sistemas previdenciários e a falta de cérebros para exercer certas funções, o que nações como Canadá e também os Estados Unidos amenizam com a atração de estrangeiros. Outra estratégia é fornecer vantagens para que as pessoas sigam trabalhando. “Países que não estão se mexendo para conter a queda populacional já enfrentam estagnação, como é o caso do Japão”, lembra a economista *Melissa Kearney*, da Universidade de *Maryland*.

Em tempos não tão remotos assim, o que assombrava o universo da demografia era a superpopulação da Terra, que teve no reverendo e economista britânico *Thomas Malthus* (1776-1834) seu maior catastrofista. É dele a teoria de que seria impossível alimentar tantas bocas numa época em que a produção de comida não acompanhava a multiplicação de indivíduos. Mas aí entrou em cena a capacidade inovadora, proporcionando avanços tecnológicos notáveis e ganhos de produtividade, sobretudo dos celeiros alimentares — e assim a fome não grassou. Agora, debruçada sobre uma questão de sinal inverso, novamente a espécie precisa exercer sua extraordinária inteligência para saltar obstáculos, podendo até se beneficiar da situação. “Com menos pessoas, dá para investir mais na saúde e na educação de cada um, e o meio ambiente é naturalmente menos castigado”, diz José Eustáquio. É um bom caminho, que põe a engenhosidade humana à prova.

(Ernesto Neves. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/os-desafios-impostos-pelo-crescimento-populacional-em-ritmo-mais-lento/>. Acesso em: 03/06/2023. Fragmento. Adaptado.)

Questão 01

A respeito do trecho “Mas a passagem do tempo vem chacoalhando os pilares demográficos e trazendo ao país um cenário de profundas transformações, tal qual ocorre nas nações mais desenvolvidas. A constante diminuição dos nascimentos, aliada ao avanço dos idosos, confere à sociedade uma nova face e planta complexos desafios no horizonte.” (1º§), é correto afirmar que

- A) estabelece uma relação de oposição quanto ao trecho que o antecede.
- B) é a consequência do processo de urbanização ocorrido no século XX como descrito no início do parágrafo.
- C) se refere a uma comparação de inferioridade, visto que o trecho menciona um problema advindo da consolidação do Brasil como um país de famílias numerosas.
- D) se trata de uma comparação de igualdade, visto que a segunda parte do parágrafo informa que o crescimento populacional brasileiro continua proporcional ao século XX.

Questão 02

Em “O primeiro deles, impensável meio século atrás, é como perseguir a prosperidade quando a população cresce cada vez mais vagorosamente e caminha para o encolhimento no médio prazo, [...]” (1º§), o trecho sublinhado, de acordo com a circunstância, expressa a ideia de

- A) tempo.
- B) concessão.
- C) consequência.
- D) causa ou motivo.

Questão 03

De acordo com o texto, todos os elementos a seguir se relacionam à causa do baixo crescimento populacional, EXCETO:

- A) As famílias estão menores.
- B) Baixo crescimento econômico.
- C) A migração para outros países.
- D) Construção do setor previdenciário.

Questão 04

O assunto principal do texto se refere ao envelhecimento rápido da população brasileira. Assinale o trecho do texto que confirma esse fato.

- A) “Historicamente, a população só fazia engordar até chegar ao ápice, nos anos de 1950.” (4º§)
- B) “O escasseamento de nascimentos em contraste ao volume de idosos já traz consequências, [...]” (9º§)
- C) “Em tempos não tão remotos assim, o que assombrava o universo da demografia era a superpopulação da Terra, [...]” (10º§)
- D) “Nação mais envelhecida do planeta, o Japão, por exemplo, escalou a um patamar de renda alto antes de acumular cabeças brancas.” (5º§)

Questão 05

Considerando o título do texto, o lento crescimento populacional impõe desafios. No entanto, o subtítulo afirma que essa situação pode converter em oportunidade a qual se trata

- A) do controle demográfico da superlotação do país.
- B) de investimento considerável na saúde e na educação.
- C) do contingente de brasileiros que migram para outros países.
- D) dos ganhos baseados na produtividade advinda do investimento na economia.

Questão 06

O travessão é um sinal de pontuação representado por um traço na horizontal maior do que o hífen. Assinale a justificativa correta do referido sinal de pontuação em “Os números causaram espanto aos especialistas — projeções estimavam mais 10 milhões de pessoas além da atual contagem.” (2º§)

- A) Indicar a fala de um estudioso no assunto.
- B) Ligar palavras que fazem parte do mesmo grupo semântico.
- C) Denotar uma pausa mais extensa na leitura, substituindo os dois-pontos.
- D) Isolar um trecho com a finalidade de destacá-lo. Nesse caso, poderia ser substituído por vírgula.

Questão 07

Assinale a alternativa em que a palavra destacada é semanticamente equivalente à indicada nos parênteses.

- A) “Em paralelo, é mandatório canalizar esforços para prover boa educação, [...]” (6º§) (imprescindível)
- B) “Durante o século XX, o Brasil se consolidou como um país de famílias numerosas e gente jovem em profusão, com maternidades sempre cheias [...]” (1º§) – (escassez)
- C) “[...] proporcionando avanços tecnológicos notáveis e ganhos de produtividade, sobretudo dos celeiros alimentares — e assim a fome não grassou.” (10º§) (enfraqueceu)
- D) “O escasseamento de nascimentos em contraste ao volume de idosos já trazem consequências, entre elas o estranhamento dos sistemas previdenciários [...]” (9º§) – (desenvolvimento)

Questão 08

Em “*Em paralelo, é mandatório canalizar esforços para prover boa educação, trilha conhecida para alcançar os tais ganhos de produtividade, fazendo mais com menos gente — esse um mantra dos tempos atuais já vastamente abraçado pelos envelhecidos países da OCDE, o grupo dos mais desenvolvidos.*” (6º§), o emprego do pronome “esse” se explica por

- A) retomar o que foi dito anteriormente.
- B) indicar uma distância entre os interlocutores.
- C) chamar atenção sobre o que foi dito posteriormente.
- D) indicar um afastamento no tempo ou uma época anterior ao período em que o texto foi escrito.

Questão 09

“*Com tudo isso, a bem-vinda janela do bônus demográfico, que se abre quando o número de pessoas em idade ativa supera o de crianças e idosos, deve se fechar por volta de 2035, uma década antes do esperado.*” (5º§) A expressão em destaque pode ser substituída, sem alteração de sentido pelas seguintes conjunções ou expressões, EXCETO:

- A) Portanto.
- B) No entanto.
- C) Em vista disso.
- D) Por conseguinte.

Questão 10

Assinale o trecho que apresenta INCONSISTÊNCIA quanto à concordância:

- A) “[...] uma vez que a distribuição de verbas federais é proporcional ao número de residentes.” (7º§)
- B) “Com menos pessoas, dá para investir mais na saúde e na educação de cada um, e o meio ambiente é naturalmente menos castigado’, [...]” (10º§)
- C) “O escasseamento de nascimentos em contraste ao volume de idosos já trazem consequências, entre elas o estrangulamento dos sistemas previdenciários [...]” (9º§)
- D) “Com tudo isso, a bem-vinda janela do bônus demográfico, que se abre quando o número de pessoas em idade ativa supera o de crianças e idosos, deve se fechar por volta de 2035, [...]” (5º§)

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Questão 11

Após as decisões tomadas pela Administração Pública de determinada região, a servidora Ana deverá, ao longo de quatro dias, elaborar todas as minutas dos atos administrativos decorrentes. No primeiro dia, foram elaboradas as minutas de 1/5 do total de atos administrativos. No dia seguinte, Ana elaborou as minutas de 1/3 dos atos administrativos restantes. No terceiro e quarto dia, foram elaboradas as minutas de 7 e 9 atos administrativos, respectivamente. Qual o número total de atos administrativos que Ana analisou nestes quatro dias?

- A) 24.
- B) 30.
- C) 40.
- D) 45.

Questão 12

Mário, Jorge e Gustavo são assistentes jurídicos em determinada repartição pública e possuem, de forma distinta, uma das seguintes funções:

- Cobrar dívidas tributárias e não tributárias;
- Coordenar a assessoria jurídica; e,
- Aprovar editais e minutas de contratos.

Considerando a idade desses três profissionais, sabe-se que Jorge é mais velho que o assistente jurídico que aprova editais e minutas de contratos, e Mário é o assistente jurídico responsável por cobrar dívidas tributárias e não tributárias. Adicionalmente, Gustavo não é o mais novo dos três assistentes jurídicos. Com base nestas informações, é correto afirmar que:

- A) Gustavo é mais velho que Jorge.
- B) Jorge é responsável por aprovar editais e minutas de contratos.
- C) O assistente jurídico que coordena a assessoria jurídica é o mais velho.
- D) O assistente jurídico que aprova editais e minutas de contratos é o mais novo.

Questão 13

O servidor responsável por acompanhar o andamento dos processos judiciais no CORE-PB possui uma estante que guarda todos os processos que está monitorando. Cada processo é armazenado em uma única pasta e, atualmente, a estante possui 8 pastas enumeradas de 1 a 8. Para o seu próximo expediente, o servidor necessitará dos processos que estão nas pastas 2, 4 e 6. Se as pastas forem enfileiradas em ordem aleatória na estante, qual a probabilidade de que exatamente as 3 primeiras sejam as pastas que o servidor necessita?

- A) $\frac{1}{7}$
- B) $\frac{1}{28}$
- C) $\frac{1}{56}$
- D) $\frac{1}{336}$

Questão 14

Em reunião com alguns representantes comerciais, um servidor do CORE-PB fez a seguinte afirmação:

“As carteiras profissionais foram expedidas e não houve infrações”.

Representa a negação lógica da afirmação feita pelo servidor:

- A) As carteiras profissionais foram expedidas e houve infrações.
- B) As carteiras profissionais não foram expedidas e houve infrações.
- C) As carteiras profissionais foram expedidas ou não houve infrações.
- D) As carteiras profissionais não foram expedidas ou houve infrações.

Questão 15

Uma comissão com 5 assistentes deve ser formada no CORE-PB para representar o conselho em esferas judiciais e em repartições públicas municipais. Dentre os assistentes disponíveis para formar a comissão, há 3 assistentes jurídicos (Amanda, Bernardo e Celso) e 4 assistentes administrativos (Diego, Elaine, Fernando e Giovana). Foi estabelecido que a comissão deve conter pelo menos dois assistentes jurídicos, além de atender às seguintes condições:

- Diego não pode formar uma comissão junto com Bernardo.
- Celso e Fernando não podem estar juntos na comissão.
- Elaine não pode formar uma comissão junto com Diego, nem com Fernando.

De acordo com estas restrições, o número de comissões distintas que podem ser formadas é:

- A) 1.
- B) 2.
- C) 3.
- D) 4.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO

Questão 16

Considerando a Lei Federal nº 4.886/1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos, compete aos Conselhos Regionais, EXCETO:

- A) Expedir as carteiras profissionais.
- B) Elaborar e aprovar o seu regimento interno.
- C) Decidir sobre os pedidos de registro de representantes comerciais.
- D) Cobrar e executar as anuidades devidas pelos representantes comerciais registrados.

Questão 17

O Código de Ética e Disciplina dos Representantes Comerciais possui caráter educativo e punitivo. Educativo, por se tratar de um documento de instrução e definição da boa prática da representação comercial; punitivo, por ser um instrumento que define as faltas e respectivas sanções a serem aplicadas aos representantes comerciais, que deixarem de cumprir com seus deveres éticos e legais. De acordo com as disposições do Código de Ética, em um caso hipotético, a execução de uma penalidade aplicada ao 2º Diretor-Suplente do Confere, em decorrência de Processo Administrativo Ético-Disciplinar, compete:

- A) Ao Conselho Federal.
- B) Ao Conselho Regional onde o 2º Diretor-Suplente tiver registro principal.
- C) Ao Conselho Regional da base territorial onde houver ocorrido o ato infracional.
- D) A qualquer dos Conselhos Regionais onde o 2º Diretor-Suplente tenha registro, principal ou secundário.

Questão 18

Sobre as sanções administrativas previstas no Código de Ética dos Representantes Comerciais, pode-se afirmar que:

- A) As faltas leves serão punidas com advertência. Havendo reincidência no período de três anos, a advertência poderá ser cumulada com multa de até cinco vezes o valor correspondente à anuidade cobrada pelo Conselho Regional.
- B) No caso de condenação do representante comercial em processo criminal, por crime contra a fé pública, deverá ser instaurado o competente Processo Administrativo Ético-Disciplinar no âmbito do Conselho Regional ao qual estiver registrado.
- C) As faltas graves serão punidas com suspensão do exercício profissional, por até dois anos. Havendo reincidência no período de dois anos, ocorrerá o cancelamento do registro, com a consequente proibição do exercício da atividade de Representação Comercial, por até cinco anos.
- D) Quando a infração for punida com a penalidade de multa, o seu não pagamento no prazo de cento e oitenta dias, a contar da decisão transitada em julgado, importará no envio do valor ao setor de dívida ativa do Conselho Regional, para deflagrar o Processo Administrativo de Cobrança.

Questão 19

A Resolução nº 2.058/2022, que aprovou o Plano Nacional de Fiscalização do Sistema Confere/Cores, dispõe que a fiscalização do exercício da atividade de Representação Comercial abrange ações educativas, preventivas, corretivas e punitivas. Analise as ações a seguir e relacione-as adequadamente com as modalidades fiscalizatórias.

1. Ajuizar ação de obrigação de fazer registro profissional, de natureza cível.
 2. Comunicar, eletronicamente, pessoas físicas e jurídicas que estejam exercendo a atividade de Representação Comercial ilegalmente.
 3. Participar de eventos institucionais e feiras voltadas à Representação Comercial, para divulgação e distribuição da legislação que regulamenta a profissão.
 4. Realizar visitas de cortesias a empresas representadas contratantes e aos profissionais e escritórios de contabilidade, a fim de orientar e instruir sobre a atividade da representação comercial e os direitos e deveres inerentes à profissão regulamentada por lei.
- () Educativa.
 () Preventiva.
 () Corretiva.
 () Punitiva.

Assinale a alternativa que apresenta a associação correta.

- A) 1. Educativa 2. Preventiva 3. Punitiva 4. Corretiva
- B) 1. Preventiva 2. Educativa 3. Corretiva 4. Punitiva
- C) 1. Corretiva 2. Punitiva 3. Educativa 4. Preventiva
- D) 1. Punitiva 2. Corretiva 3. Preventiva 4. Educativa

Questão 20

Os Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais deverão prover o setor/departamento de fiscalização, para atender às demandas de fiscalização. Este setor contará com o apoio técnico de agentes fiscais, cujas atribuições previstas na Resolução nº 2.058/2022 são, EXCETO:

- A) Emitir ofícios, autos e notificações.
- B) Emitir manifestação sobre a aplicação da penalidade de multa.
- C) Prestar esclarecimentos referentes às normatizações do exercício da atividade.
- D) Encaminhar denúncia do exercício ilegal da profissão ao órgão ministerial competente.

CONHECIMENTOS DO CARGO

Questão 21

As Administrações Direta e Indireta compõem a organização administrativa. O CORE-PB localiza-se nesta estrutura. A natureza jurídica do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado da Paraíba é:

- A) Autarquia.
- B) Agência Reguladora.
- C) Serviço Social Autônomo (SSA).
- D) Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Questão 22

Considerando que o sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, analise as afirmativas a seguir.

- I. As disposições da Lei de Improbidade são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.
- II. Para a configuração de atos de improbidade, deverá ser provado dolo ou culpa do agente no cometimento da conduta típica.
- III. O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.
- IV. Os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada, pertencentes ou não à Administração Indireta, para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, tem o ressarcimento de prejuízos limitado à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

Nos termos do que dispõe a Lei 8.429/1992, que trata dos atos de improbidade administrativa, está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) I, II e IV.
- D) I, III e IV.

Questão 23

Como órgão fiscalizatório da profissão de representante comercial, o CORE-PB utilizar-se-á do processo administrativo em sua atuação. A lei regente do processo administrativo, Lei nº 9.784/1999, explicita direitos do administrado, enquanto sujeito de processo administrativo; analise-os.

- I. Ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações.
- II. Ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas.
- III. Formular, somente através de seu advogado, alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.
- IV. Fazer-se assistir por advogado, obrigatoriamente.

São direitos do administrado, enquanto sujeito de processo administrativo, os indicados apenas em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) I, III e IV, apenas.

Questão 24

Considerando que a Lei de Licitações e Contratos Administrativos estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas Diretas, Autárquicas e Fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, analise as afirmativas a seguir.

- I. O processo licitatório tem por objetivos: assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto; assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição; evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos; e, incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.
- II. O autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, não poderá disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente.
- III. Pregão, concorrência, concurso, leilão, assim como o diálogo competitivo são modalidades de licitação.
- IV. O julgamento por menor preço ou maior desconto e, quando couber, por técnica e preço considerará o menor dispêndio para a administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.

Nos termos do que dispõe a Lei nº 14.133/2021, que trata dos procedimentos licitatórios, está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I, apenas.
- C) I e IV, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 25

Keef Tiron é economista e foi aprovado em concurso público, de provas e títulos, para o CORE-PB. Após tomar posse e ser designado para atuar em determinado departamento, ele é conduzido para sessão de treinamento onde os instrutores apresentam o sistema constitucional de controle, cujos parâmetros estão relacionados à estrutura do Tribunal de Contas da União (TCU). Nos termos da Constituição Federal, dentre as atribuições da Corte de Contas, compete aplicar, em caso de ilegalidade de despesa, imputação de multa que terá eficácia de:

- A) Título executivo.
- B) Decisão liquidada.
- C) Confissão de dívida.
- D) Presunção de crédito.

Questão 26

Eymen é assessor jurídico do Conselho Profissional e necessita impetrar mandado de segurança contra ato da Mesa da Câmara dos Deputados, tendo em vista que apresentou requerimento à mesma que restou indeferido. Nos termos da Constituição Federal, a competência para exame e julgamento desta ação é exercida pelo:

- A) Tribunal Superior Eleitoral, de forma exclusiva.
- B) Supremo Tribunal Federal, de forma originária.
- C) Superior Tribunal de Justiça, em grau de recurso.
- D) Tribunal Superior do Trabalho, por força do impetrante.

Questão 27

Ayla Anur é auditora fiscal aposentada e presta serviços de consultoria para diversos Conselhos Profissionais para evitar multas por descumprimento de obrigações acessórias, ponto que gera, em vários contribuintes, despesas que podem ser evitadas. Ao proferir consulta para um dos seus clientes, estabelece que a federação brasileira tem tributação por competência dos entes federados, tema que deve esclarecer como cumprir adequadamente a obrigação tributária principal, encaminhando para as obrigações acessórias. Nos termos da Constituição Federal, é tributo instituído pela União, dentre outros, o incidente sobre:

- A) Serviços de qualquer natureza.
- B) Propriedade de veículos automotores.
- C) Propriedade predial e territorial urbana.
- D) Renda e proventos de qualquer natureza.

Questão 28

Dilara Dilay é servidora pública federal e foi cedida para organizar o setor de recursos humanos de determinado Conselho Profissional. A base do seu projeto de organização terá referência nos princípios que informam a Administração Pública previstos na Constituição Federal, com destaque para o da:

- A) Certeza.
- B) Liquidez.
- C) Eficiência.
- D) Credibilidade.

Questão 29

O contrato pode ser conceituado como um negócio jurídico bilateral ou plurilateral que visa à criação, modificação ou extinção de direitos e deveres com conteúdo patrimonial.

(TARTUCE, Flávio. *Direito Civil: Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie*, v 3, 15ª ed, 2020.)

Partindo das normas legais que regem os contratos, no direito pátrio, assinale a afirmativa correta.

- A) Os contratantes são obrigados a guardar, tanto na conclusão do contrato quanto em sua execução, os princípios da probidade e boa-fé.
- B) A liberdade contratual, ainda que exercida nos limites da chamada “função social do contrato”, encontra limitação na inafastabilidade de simetria entre as obrigações pactuadas e tipicidade compulsória de toda forma contratual.
- C) Toda proposta de contrato obriga o proponente nos limites do que se depreende do termo de proposição, ainda que exista erro perceptível na proposta, salvo quando esta for feita sem prazo de validade, o que torna a proposta insusceptível de produzir efeitos válidos.
- D) Os vícios redibitórios são aqueles ocultos, que tornam a coisa imprópria ao uso a qual é destinado, ou lhe diminuem o valor. A presença de vício redibitório em qualquer bem, que seja objeto de um contrato, implica em nulidade absoluta do contrato, não sendo possível a repactuação ou abatimento de preço. A resolução deve ser sempre a de devolução dos valores e da coisa, com a respectiva indenização por dano.

Questão 30

Paulo (autor) está discutindo em determinado processo judicial a propriedade de bem imóvel com José (réu). O imóvel em questão localiza-se na cidade de Campina Grande-PB, sendo que Paulo reside em Santa Rita-PB e, José, em Bananeiras-PB. A lide refere-se à aquisição do direito real imobiliário sobre o dito imóvel, em cujo contrato as partes elegeram o foro da cidade de João Pessoa-PB para que fossem discutidas quaisquer dúvidas. Considerando a situação hipotética, bem como que a demanda em tela é, exclusivamente, sobre o direito de propriedade sobre o imóvel, o foro competente da ação é:

- A) João Pessoa-PB: o foro de eleição é o foro competente. Sendo a competência absoluta.
- B) Campina Grande-PB: posto que o foro para litígio envolvendo propriedade é absoluto e o da situação da coisa.
- C) Santa Rita-PB: por ser o domicílio do autor ou, a escolha deste, João Pessoa-PB, foro de eleição ou, ainda, Campina Grande-PB, por ser o foro da situação da coisa. A competência é relativa.
- D) Paulo (autor): pode escolher entre Campina Grande-PB, por ser onde está a coisa; Santa Rita-PB, por ser o domicílio do réu; e, João Pessoa-PB, por ser o foro de eleição, uma vez que a competência, neste caso, é relativa.

Questão 31

O direito processual civil sofreu diversas modificações na última década, em especial, com o advento de um novo código processual em 2015. No que se refere ao direito processual civil vigente, assinale a afirmativa correta.

- A) O pedido, em todo processo judicial, deve ser determinado. A única exceção são as ações cujas consequências do ato ou do fato não podem, desde logo, ser determinadas.
- B) As pessoas jurídicas de direito privado serão representadas judicialmente por seus diretores, não sendo lícito ou possível, em seus atos constitutivos, indicar pessoa que não seja sócia como representante legal.
- C) Nos processos digitais (eletrônicos) e nos processos físicos, o prazo para a manifestação de partes que sejam litisconsortes e tenham procuradores diferentes será sempre em dobro, desde que expressamente requerido.
- D) A intervenção de terceiros, conhecida como *amicus curiae*, pode ser deferida, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes, ou de quem pretenda se manifestar, por juiz ou relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda, ou a repercussão social da controvérsia.

Questão 32

Francisco, que trabalha legalmente para uma pessoa jurídica de direito público nacional, provocou, através de um ato seu, na qualidade de agente público, prejuízo direto a uma pessoa física, que utilizava os serviços prestados pelo ente público. Sobre o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- A) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.
- B) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, inexistindo direito regressivo contra os causadores do dano, ainda que, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.
- C) As pessoas jurídicas de direito público interno não são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado, se houver, por parte destes, culpa ou dolo. O ato sem culpa ou dolo, que cause dano, não pode gerar qualquer responsabilidade civil ao ente ou ao agente.
- D) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, inexistindo direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa, ressalvado o direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte deles, dolo.

Questão 33

Em virtude de não terem sido encontrados bens penhoráveis no curso de execução fiscal ajuizado por autarquia federal, o processo foi suspenso por um ano. Após esse período, decorreu-se quinquênio em que o autor se manteve inerte. Em seguida, foi ouvida a fazenda pública que não conseguiu demonstrar a ocorrência de causa interruptiva ou suspensiva de qualquer modalidade de extinção da execução. Assim, a prática de atos para a cobrança do crédito tributário passou a sofrer os efeitos da prescrição

- A) ordinária.
- B) convencional.
- C) intercorrente.
- D) intertemporal.

Questão 34

Em 2001, a empresa Z cedeu créditos tributários federais de sua titularidade para a empresa Y. Esta, devedora de PIS e COFINS, buscou compensar o montante devido com os créditos obtidos. Para instruir esse pedido, a empresa Y entregou a Declaração de Débito e Créditos Tributários Federais (DCTF). Diante da negativa da Receita Federal em aceitar a compensação, a empresa Y buscou provimento judicial para extinguir o débito relativo às contribuições federais mencionadas. Em 2012, o pleito foi negado em caráter definitivo. A Fazenda Nacional ingressou, então, com execução fiscal contra a empresa Y. Considerando a situação apresentada:

- A) A entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) constitui crédito tributário.
- B) O crédito não pode ser cobrado após a compensação ser considerada não declarada pela autoridade competente.
- C) O pedido de compensação foi considerado como não declarado e, portanto, não serviu para constituir o crédito tributário.
- D) Os créditos foram extintos pela decadência, já que os débitos se referem ao ano de 2001 e o lançamento somente teria ocorrido em 2012.

Questão 35

Entre as limitações constitucionais ao poder de tributar existe a que estabelece a vedação à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios de cobrarem impostos sobre o patrimônio, a renda ou os serviços, uns dos outros. Esta imunidade compreende:

- A) Obrigações acessórias instituídas por meio de atos infralegais.
- B) Autarquias que prestam serviço público remunerado por meio de tarifas.
- C) Empresas concessionárias de serviço público em regime de livre concorrência.
- D) Empresas públicas e sociedades de economia mista que distribuem lucros a acionistas privados.

Questão 36

Certo Estado da Federação editou ato normativo reduzindo a base de cálculo do ICMS por prazo indeterminado. No ano seguinte, foi publicado novo ato normativo revogando o benefício, de modo a restabelecer a antiga base de cálculo. O ato normativo que revogou o benefício poderá produzir efeitos a partir do seguinte marco temporal:

- A) A publicação.
- B) Após noventa dias da data da sua publicação.
- C) O exercício financeiro seguinte ao da data da sua publicação.
- D) O exercício financeiro seguinte, cumprido o prazo nonagésimo.

Questão 37

Desde o surgimento do direito do trabalho já havia a preocupação com a exploração do trabalho prestado pelo menor. Atualmente, são diversas as legislações que visam a proteção do trabalho do menor. Sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- A) As férias do trabalhador adolescente devem ser concedidas no mesmo período das férias escolares.
- B) Contra os menores de dezoito anos não corre nenhum prazo de prescrição, uma vez que não podem ser representados pelos pais ou curador nomeado em juízo.
- C) É defeso o trabalho para menores de dezesseis anos, sob qualquer condição, já que não possui capacidade, nem mesmo relativa, a fim de firmar compromisso perante o empregador.
- D) Em face da excepcionalidade do regime familiar de trabalho, é aceitável o trabalho do adolescente em período noturno ou que, por algum motivo, impeça a frequência regular à escola.

Questão 38

Sobre a reconvenção no processo do trabalho, é possível afirmar que:

- A) Caso a reconvenção trabalhista seja indeferida no curso do processo, não caberá agravo de instrumento para recorrê-la, mas apenas recurso ordinário após a sentença.
- B) No processo do trabalho somente se admite como matéria de defesa a compensação e a retenção, vedada a reconvenção quando se discute apenas verbas de natureza alimentar.
- C) A reconvenção deverá ser apresentada em petição autônoma; e, ainda, seguir os mesmos requisitos de admissibilidade previstos na lei, sob pena de extinção sem resolução do mérito, no prazo de oito dias após a audiência de conciliação.
- D) Por não contar com regulamentação própria na Lei Trabalhista, atrai a normatização do Código de Processo Civil com as adequações próprias do processo do trabalho, de modo que não são devidos honorários de sucumbência na reconvenção por falta de previsão legal.

Questão 39

Mévio foi dispensado sem justa causa pelo seu empregador em 30 de março de 2023, sendo pagas todas as verbas rescisórias, inclusive o aviso prévio indenizado. Considerando que foi admitido em 8 de janeiro de 2018, o aviso prévio indenizado foi de quantos dias?

- A) 30.
- B) 35.
- C) 40.
- D) 60.

Questão 40

Sobre o pedido de insalubridade ou periculosidade em favor do empregador em juízo, assinale a afirmativa correta.

- A) A realização de perícia é o único meio de prova idôneo para a verificação de insalubridade ou periculosidade.
- B) Deve ser realizada a audiência de conciliação, sendo o processo instruído de acordo com as provas convencionadas pelas partes, mesmo que se afaste a realização da prova pericial.
- C) Quando o local de trabalho do empregador não existir mais, em caso de fechamento da empresa, o pedido de insalubridade ou periculosidade restará prejudicado, não podendo ser deferido.
- D) Não basta a constatação da insalubridade por meio de laudo pericial, para que o empregado tenha direito ao respectivo adicional, sendo necessária a classificação da atividade insalubre na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em **NENHUM** MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser **ELIMINADO** do processo.

PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva, que terá caráter eliminatório e classificatório, é constituída de 1 (uma) questão discursiva relacionada aos Conhecimentos Específicos do cargo. Será avaliada na escala de 0 (zero) a 30 (trinta) pontos.
- A resposta à Prova Discursiva deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas e, ainda, ser, obrigatoriamente, transcrita para a Folha de Texto Definitivo.
- Deverão ser observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de 1 (um) ponto a cada linha abaixo do limite mínimo exigido. As linhas que excederem ao limite máximo serão desconsideradas para fins de pontuação.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado no Edital, bem como no caso de identificação em local indevido, sendo vedado qualquer tipo de rasura e/ou adulteração na identificação das páginas, sob pena de eliminação.
- Para efeito de pontuação serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	18 pontos
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	
Neste critério serão avaliados: pertinência de exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	12 pontos
1. Conectores (sequenciação do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação.	
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO	
1. Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com, no mínimo, duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos.	
2. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	

Quanto ao controle da administração, a Administração Pública, diante de uma situação de abuso de poder perpetrada por agentes públicos, exerce poder de autotutela, podendo rever seus atos, seja para confirmá-los ou desfazê-los.

Explique, diferencie e exemplifique os conceitos de abuso de poder, desvio de poder, excesso de poder, correlacionando com os conceitos de anulação, revogação e convalidação dos atos administrativos, no contexto do controle administrativo.

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares e etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 40 (quarenta) questões de múltipla escolha para todos os cargos.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Texto Definitivo (Prova Discursiva apenas para o cargo de Assistente Jurídico) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
6. As provas terão duração de 3 (três) horas para os cargos de Nível Médio e 4 (quatro) horas para o cargo de Nível Superior. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Texto Definitivo (Prova Discursiva apenas para o cargo de Assistente Jurídico).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Texto Definitivo (Prova Discursiva apenas para o cargo de Assistente Jurídico) devidamente assinados em local indicado.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum destes candidatos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à inscrição do candidato, apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.